

Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, tem o compromisso de promover a difusão do conhecimento jurídico por meio da publicação de textos sobre as diversas áreas do Direito, com destaque para o Direito Agrário, que constitui sua gênese, e o Direito Socioambiental como área temática correlata.

Os textos selecionados atendem a critérios de diversidade e pluralidade autoral e temática, contemplando autores brasileiros e estrangeiros e os mais variados temas, com uma abordagem multidisciplinar.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

No intuito de evidenciar propostas de transformação social, essa edição do periódico oferece aos leitores textos sobre variadas áreas do Direito e que apresentam uma visão crítica da realidade.

Para a presente edição, foram selecionados textos que discorrem sobre a mediação e a solidariedade social; as contradições nos sistemas de proteção social; a proteção da agrobiodiversidade; o direito ao contraditório como mecanismo de ampliação da esfera pública na democracia; Constituição Federal e arbitragem; direitos humanos na perspectiva do marxismo; ordem democrática e guarda da Constituição brasileira; reflexos socioambientais da segurança pública deficitária; a nacionalidade argelina diante do Império Francês; e o pluralismo jurídico e direitos indígenas na América Latina.

A solidariedade teorizada por Émile Durkheim é avaliada por Luciano Tonet e Jovina d'Ávila Bordoni, que investigam essa categoria sociológica como valor essencial na resolução cooperativa de conflitos, bem como o papel desse instituto no restabelecimento das relações sociais por meio do diálogo.

Quatro artigos discutem diferentes temas e perspectivas acerca da democracia e da Constituição no Brasil. A atribuição de guardar a Constituição a um único órgão ou autoridade é confrontada por Ana Luiza Novais Cabral e José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior, que examinam a complexidade imanente à proteção constitucional, assim como os conflitos democráticos decorrentes da concentração dessa responsabilidade.

A aplicação da cláusula de reserva de plenário (*full bench*), prevista no artigo 97 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é estudada por Carlos Eduardo Montes Netto, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Luiz Guilherme Castro, que apontam a medida como estratégica para a resolução de conflitos por meio da arbitragem.

Outro importante tema de caráter jurídico-político é abordado por João Porto Silvério Júnior e Fabiana Cintra Sielskis Porto,

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

que investigam os desafios da esfera pública na construção de políticas democráticas e de abertura para o contraditório como espaço de fala.

Sob outra perspectiva, mas ainda dentro do contexto jurídico-político, Rodrigo Cristiano Diehl e Rosane Teresinha Carvalho Porto exploram as contradições do Estado capitalista periférico latino-americano, no desmonte dos sistemas de proteção social através de processos de contrarreforma e privatizações.

A ausência do Estado e o crescimento do crime organizado é pautado por Larissa Milkiewicz, Mariana Gmach Philippi e Fernanda Dalla Libera Damacena, que aprofundam a relação entre segurança pública e o ambiente ecologicamente equilibrado, além dos prejuízos em áreas protegidas decorrentes da ineficiência estatal.

A proteção da agrobiodiversidade é discutida por Jana Caroline Farias Melo, Naiara Andreoli Bittencourt e Katya Regina Isaguirre-Torres, que destacam a importância de valorizar os conhecimentos locais relacionados ao uso de sementes crioulas/tradicionais.

A visão marxista sobre os direitos humanos é objeto de pesquisa histórica empreendida por Bruce Gilbert, que avalia os direitos humanos, inicialmente como parte da superestrutura legal que favorecia o desenvolvimento capitalista, mas, com as transformações ocorridas no século XX, passa a reconhecer seu papel nos avanços conquistados por trabalhadores e outros grupos marginalizados, como os povos indígenas e tradicionais.

A partir do questionamento sobre a singularidade da nacionalidade argelina após o colonialismo, Yerri Urban explora o auge do Império Francês em termos territoriais e a situação dos nativos das colônias, que não são franceses nem estrangeiros, mas permanecem ligados às suas terras de origem.

O potencial teórico-metodológico do pluralismo jurídico e dos direitos indígenas na América Latina são abordados por Rebecca Lemos Igreja e María Teresa Sierra, que revisam os fundamentos teóricos e empíricos do tema e exploram os avanços constitucionais na região para o reconhecimento dos sistemas jurídicos indígenas.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

É com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número que a Revista da Faculdade de Direito da UFG pretende efetivar a contribuição para a divulgação científica do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!
Os editores.